

EDIVAM BARBOSA DIAS JUNIOR

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E CORONAVÍRUS

*A Natureza Jurídica das Medidas Restritivas de Contenção
da Pandemia materializadas pelo Poder de Polícia*

EDITORA LUMEN JURIS

RIO DE JANEIRO

2025

Sumário

Lista de Quadros	XI
Introdução	1
1. A Legislação Brasileira e o Novo Coronavírus	9
1.1. As Liberdades Fundamentais e a tutela de situações excepcionais de crise no âmbito da Constituição Federal	11
1.2. Um arcabouço infraconstitucional pré-pandêmico desnudo para combater a pandemia do novo coronavírus.....	21
1.3. A produção legislativa brasileira na pandemia sob a ótica do poder de polícia como ferramenta institucional de controle de crise.....	25
1.4. A lei e o Poder de Polícia análise da sua definição legal, nomenclatura e natureza jurídica.....	50
2. A Atuação do Poder de Polícia da Administração Pública na Pandemia do Novo Coronavírus	59
2.1. Administração Pública e seu papel no âmbito do poder de polícia como meio efetivo (inefetivo) de proteção da coletividade.....	59
2.2. Decreto é lei? Os limites do poder de polícia na perspectiva de uma administração ordenadora.....	77
2.3. A resposta da Administração Pública federal e do Distrito Federal e as medidas de condicionamento da liberdade adotadas na vigência o estado pandêmico	91
3. O Supremo Tribunal Federal: Guardiã da Constituição, Protetor dos Direitos Fundamentais e Protagonista em Tempos de Crise	127
3.1. O Supremo Tribunal Federal e as medidas de restrição de liberdade.....	127

Considerações Finais.....	153
Referências	157